Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco

Informativo - Ano XV - nº 185

RECIFE | JULHO | 2016

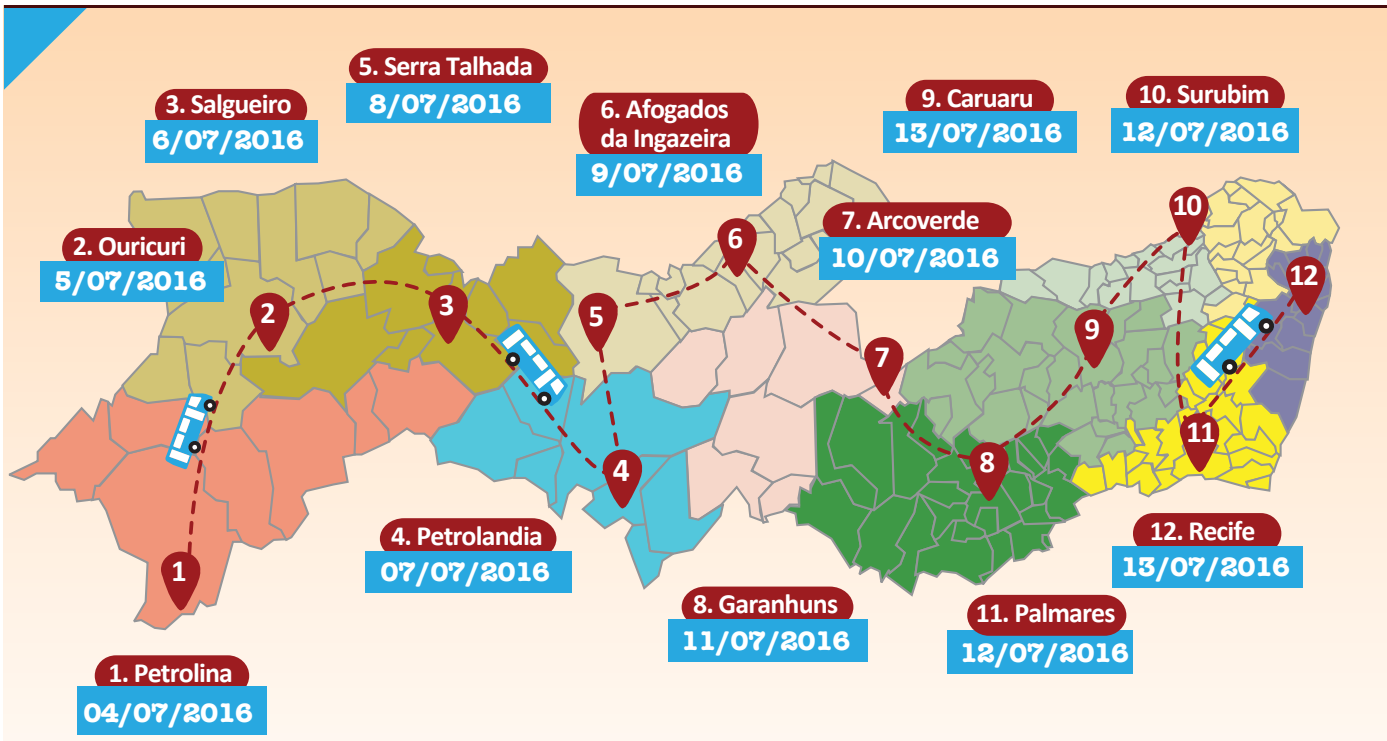
CARRA

Receba nossos informativos online. **Cadastre** seu e-mail no site **www.sindsep-pe.com.br**

Mala Direta Postal
Básica
9912264199/2015-DR/PE
SINDSEP/PE
CORREIOS

O desmonte do **Geap** e da **saúde pública**

páginas 6, 7 e 8



Caravana da **Democracia** chega ao **interior** de **PE**

página 11

Servidores recebem **orientação** sobre opções de **aposentadoria**

páginas 4 e 5

Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado **aprova projeto** que prevê **privatização** de **estatais**

página 9

Lançamento de livro vira ato pela democracia

página 3

OPINIÃO

Muita luz aos nossos **companheiros**

O mês de junho foi perdas. Não perdas materiais, mas perdas humanas. Nesse mês, o Sindsep-PE se despediu de dois grandes companheiros, que caminharam ao lado do sindicato luta pelos direitos dos servidores federais na defesa do serviço público. Falo de José Francisco de Assis, nosso querido Chico, e de Domícia Calumbi, mulher guerreira, sempre presente nessa longa caminhada do funcionalismo público.

A primeira a nos deixar foi Domícia, no dia 9, depois de lutar por mais de três anos contra um câncer. Com personalidade forte, Domícia era uma pessoa questionadora e corajosa. Participou da criação do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do sindicato, no qual foi coordenadora por três biênios. Nas últimas eleições do sindicato ela vinha participando da comissão eleitoral, uma peça chave desse processo diante de seu vigor e honradez.

Um dia depois, 10 de junho, foi a vez de Chico nos deixar. A partida dele foi repentina, por complicações com diabete, agravada por um forte quadro de depressão. Estava no seu segundo mandato na direção do Sindsep e nesse período também representou o sindicato nos conselhos estadual e municipal (Limoeiro) de Saúde. Era também um dos diretores da Rádio Multi, uma rádio web que tinha o Sindsep como parceiro. A ausência de Domícia e Chico deixará uma lacuna no movimento sindical, especialmente na luta dos servidores federais.

ISABEL, CHICO E DOMÍCIA Três perdas para o movimento de esquerda

O desfalque humano se ampliou ainda mais, no dia 22 de junho, com o falecimento da ex-deputada estadual Isabel Cristina (PT), também vítima de um câncer. Em sua vida pública sempre se pautou pela ética, seja como dirigente sindical ou partidária. Mulher sertaneja e guerreira, fez um trabalho brilhante na educação.

O Sindsep-PE se solidariza com os familiares e amigos dos nossos queridos e combativos companheiros e acredita que os ensinamentos deles ficarão marcados no movimento sindical e no campo das esquerdas. Domícia, Chico, Isabel, presente!

Graça Oliveira
Coordenadora geral do Sindsep-PE

CHARGE SAMUCA

ÚLTIMAS

Governo provisório e corrupção

Em mais uma ação golpista, o presidente interino, Michel Temer, retirou do regime de urgência os três projeto de combate à corrupção que tramitam na Câmara dos Deputados, encaminhados ano passado pela presidente Dilma Rousseff. A quem interessa essa iniciativa? Ao mesmo grupo que está por trás do processo de impeachment de Dilma. Há gravações de áudios, amplamente divulgadas pela imprensa, que deixam claras as intenções desse grupo de retirar a presidente eleita do cargo para estancar as investigações contra a corrupção.

ATENÇÃO

EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: **3131.6350** Fax: 3423.7839
Home: **www.sindsep-pe.com.br**
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição
Fabíola Mendonça
Texto
Fabíola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão **Mª de Lourdes Souto Maior Araujo**

Fotos **Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação**
Ilustrações **Samuca**
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão **CCS**
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.000 exemplares

COLETÂNEA

LANÇAMENTO Em vários momentos do evento,a platéia gritou "Fora Temer"

Livro que **denuncia golpe** é **lançado** no **Recife**

Os atos populares contra o golpe de estado que está em curso no Brasil se multiplicam a cada dia. Em Pernambuco não poderia ser diferente. Depois de ter sido lançado em Brasília, Porto Alegre e São Paulo, foi lançado no Recife, no dia 28 de junho, o livro *A Resistência ao Golpe de 2016*, durante mobilização realizada na Faculdade de Direito do Recife, na Boa Vista. Dezenas de pessoas lotaram o salão nobre da Faculdade para defender a deposição do governo interino de Michel Temer e a volta da presidenta Dilma Rousseff. Os gritos de Fora temer ecoaram por diversas vezes no salão.

O lançamento do livro, que reúne 103 artigos, contou com a presença de dois de seus autores. "Essa reunião acontece não apenas para o lançamento de um livro, mas é um ato em defesa da democracia, do estado de direito e das conquistas sociais da população brasileira. O livro é a narrativa dos primeiros momentos do golpe. De uma farsa sob a forma de processo de impeachment, mas que se trata, na verdade, de disputa pelo poder entre um projeto nacional e outro liberal que irá destruir todas as conquistas sociais dos últimos anos em benefício do empresariado", destacou o professor de direito Gustavo Ferreira, um dos autores do livro.

Na ocasião, foram proferidos discursos contra o golpe que destacaram as irregularidades em todo o processo e a união do Poder Judiciário, dos partidos de direita e dos grandes meios de comunicação brasileiros para colocar no poder um grupo político que perdeu as últimas eleições e possibilitar que seja implementada uma agenda para o Brasil que foi rejeitada reiteradamente pela população.

"Esse é um livro histórico sobre o momento de profunda reflexão a respeito do projeto que queremos ver implementado no Brasil. O debate sobre o fato de ser golpe ou não já está resolvido porque todos sabem que se trata de uma farsa ilegal. As pessoas que defenderam o golpe militar de 1964 jamais admitiram que aquela ação se tratava de um golpe. O mesmo acontece hoje. O debate deve ser em torno da escolha entre o estado liberal que querem nos forçar a aceitar e o estado social que está se tornando uma realidade no país", observou um dos articulista do livro, João Paulo de Souza.

Entre os presentes, professores e estudantes de direito e representantes da Frente Brasil de Juristas pela Democracia, Associação de Advogados Trabalhistas de Pernambuco, Procuradoria Estadual, Comissão da Anistia e da Verdade, Rede de Advogados Populares, além de lideranças de movimentos sociais e de partidos políticos de esquerda. Graça Oliveira, coordenadora geral do Sindsep-PE, representou os servidores federais no evento.

"É uma ideologia neoliberal de estado mínimo e de corte de todos os direitos. Em muito pouco tempo eles estão retirando diversas conquistas sociais, obedecendo o ditame do capitalismo mundial", comentou a professora Juliana Teixeira.

CONTEÚDO

O livro *A Resistência ao Golpe de 2016* foi organizado por Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum e Wilson Ramos Filho e publicado pela Editora Canal 6, dentro do Projeto Editorial Praxis. A obra compila os argumentos traçados por advogados, professores, jornalistas, cientistas políticos, artistas, escritores, arquitetos, lideranças partidárias e de movimentos sociais, brasileiros e também estrangeiros, para denunciar a quebra da institucionalidade democrática no Brasil.

São 103 artigos, assinados por 104 autores. Alguns já foram publicados e outros são inéditos. Entre os assuntos está o papel do STF, a atuação da mídia, as pedaladas fiscais, o envolvimento do Poder Legislativo, a função dos atores políticos internacionais, os bastidores da Operação Lava Jato, a crise de representatividade e a ofensiva contra direitos e políticas sociais. São diversos recortes, ângulos e perspectivas sobre o golpe de 2016.

Sindsep-PE **orienta** servidores quanto às **várias formas** de **aposentadoria**

> “Sentimos a necessidade de mostrar as opções de aposentadoria. É uma demanda atual e eminente da nossa categoria”
>
> **José Carlos**

Com a crise econômica, governo interino golpista e a possibilidade de uma nova reforma da Previdência com corte de direitos, os trabalhadores do serviço público federal com tempo para se aposentar estão apressando os passos e solicitando o benefício. De olho nessa corrida para a aposentadoria, a direção do Sindsep-PE vem realizando assembleias em todo o Estado para falar sobre os tipos de aposentadoria no serviço público.

Entre os meses de maio e junho foram realizados 13 encontros. A direção do sindicato foi às cidades de Petrolina, Ouricuri, Salgueiro, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Caruaru, Pesqueira, Belo Jardim, Limoeiro, Garanhuns e Palmares. Agora, faltam apenas algumas localidades no interior e a Região Metropolitana.

“Temos muitos servidores em situação de pré-aposentadoria e sentimos a necessidade de mostrar as opções de acordo com as mudanças na legislação, nos últimos tempos, que começou com a Emenda 20 e perpassou nas emendas 41 e 47. É uma demanda atual e eminente da nossa categoria”, explica o secretário geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira.

“Foram assembleias extremamente positivas, com um número expressivo de participantes. Em algumas cidades reunimos quase todos os filiados da região. Em Ouricuri, por exemplo, foram quase cem pessoas presentes”, lembra o diretor do Sindsep, José Felipe Pereira, que, ao lado de José Carlos, participou da maioria das assembleias do interior.

A coordenadora geral do sindicato, Graça Oliveira, salienta que a ideia é apresentar as formas de aposentadoria existentes no serviço público. É preciso analisar caso a caso. “A decisão é individual. Algumas formas de aposentadoria podem ter ganhos a curto prazo, mas lá na frente pode sofrer perdas, por isso é o servidor quem deve escolher e queremos que ele faça isso de forma consciente”, pontua Graça, que esteve nas assembleias de Belo Jardim, Pesqueira e Palmares, essa última coordenada pela diretora Territorial de Base, Carmem Campos .

Além de escolher o melhor modelo de aposentadoria, o servidor deve ter em mente que, ao se aposentar, ele perde auxílios transporte e alimentação, insalubridade/periculosidade, abono de permanência, sofre redução do valor da gratificação produtivista, e pagamento do PSS no percentual de 11% do que exceder o valor do teto do RGPS.

CAMPANHA SALARIAL

As assembleias do interior serviram também para divulgar os eixos de luta da campanha salarial 2016. “Apresentamos uma campanha salarial num cenário adverso porque o governo interino fala em cortes, principalmente nas políticas públicas e no custeio da máquina pública, mas temos propostas para desmistificar esse discurso”, dispara José Carlos.

As principais demandas da base são implementação das negociações de 2015 que garantem reajuste de 10,8% em duas parcelas (agosto de 2016 e janeiro de 2017); e a equalização da gratificação de desempenho dos aposentados e pensionistas com o pessoal da ativa. Os projetos de lei das negociações do ano passado encontram-se para votação no Senado até esta data. “Estamos realizando constantemente força tarefa em Brasília para pressionar os parlamentares. Num momento de crise do capital é preciso, mais do que nunca, os trabalhadores estarem juntos, antenados, para que, de forma coletiva, barrarmos qualquer ataque aos direitos da classe trabalhadora”, reforça José Carlos Oliveira.

Com a aposentadoria, o que perde o servidor?

Auxilio transporte

Auxílio Alimentação

Insalubridade/periculosidade

Abono de permanência
Além de não ter redução salarial quando opta por ficar, o trabalhador público recebe um abono-permanência que representa 11% a mais na remuneração

Redução da gratificação produtivista

Pagamento do PSS
No percentual de 11% do que exceder o valor do teto do RGPS.
Até o valor do teto é isento

AGENDAS As assembleias aconteceram no interior do Estado. Em agosto, o Sindsep-PE vai se reunir com os servidores do Recife e Região Metropolitana

Aposentadoria no serviço público

Para quem não participou das assembleias realizadas pelo Sindsep-PE e precisa de orientação quanto às formas de aposentadoria no serviço público, é só conferir abaixo o resumo que o GARRA preparou. Se após essas informações, ainda restar dúvidas, entre em contato com a Secretaria Jurídica do sindicato, pessoalmente ou pelo fone (81) 3131.6350.

ANTES DA EMENDA CONSTITUICIONAL (EC) Nº 20, DE 16.12.1998

Dentre as aposentadorias voluntárias existem pelo menos cinco tipos. A melhor forma de se aposentar é, sem dúvida, pelas regras anteriores à Emenda 20, de 16 de dezembro de 1998. Ela garante integralidade e paridade entre os ativos, aposentados e pensionistas. Quem preencheu todos os requisitos para a aposentadoria antes dessa data tem benefício calculado pela última remuneração. Não é exigida idade mínima, só tempo de contribuição, 35 anos para o homem e 30 para as mulheres. Nesse caso é possível requerer a aposentadoria proporcional, os homens com 30 anos e as mulheres com 25, com perda de cerca de 15% para cinco anos faltantes e de 3% para um ano que resta.

A PARTIR DA EC Nº 20/1998

Para quem preencheu os requisitos da aposentadoria após a Emenda 20 até 31 de dezembro de 2003 é preciso relacionar tempo de serviço (35 anos, homem e 30, mulheres) com idade mínima (53 anos, homens e 48, mulheres). Além disso, existe um pedágio de 20% do tempo que faltava em 16.12.1998 para requerer o benefício integral ou de 40%, proporcional. Apesar das exigências, é também uma boa opção porque garante integralidade (pela última remuneração) e paridade. Infelizmente, essas duas primeiras formas são raras, pois a maioria das pessoas que se enquadram nessas condições já se aposentou.

EC Nº 41, DE 31.12.2003 (OPÇÃO PELO ARTIGOS 2º E 6º)

A opção pelo artigo 2º da Emenda 41 segue basicamente os mesmos requisitos da Emenda 20, mas acaba com a integralidade e a paridade. O benefício é calculado pelos 80% da média das maiores contribuições de 1994 até o mês anterior à aposentadoria. O servidor não terá o reajuste das carreiras, mas o do Regime Geral da Previdência, o INSS.
Pela Emenda 41 existe também a opção do artigo 6º. O tempo de contribuição permanece o mesmo das formas anteriores, mas a idade mínima muda, sendo necessários 60 anos para homens e 55, para mulheres. O esforço é compensado pela integralidade e paridade.

EC Nº 47, DE 05.07.2005 (OPÇÃO PELO ART. 3º)

Dentro desse leque existe a opção pela Emenda 47, possível para quem ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998. O tempo de contribuição permanece e a idade mínima são os mesmos do artigo 6º da Emenda 41, com a diferença que pode ser aplicada a Fórmula 85/95. Redução de um ano para cada ano a mais de contribuição, de modo que a soma da idade com o tempo de contribuição seja de 95 para os homens e 85 para as mulheres.

OPÇÃO PELA APOSENTARIA DO RGPS (INSS)

Outra opção é solicitar o benefício pelo Regime Geral da Previdência. Não é preciso de carência do serviço público e o servidor leva todo o seu tempo para o INSS. Em alguns casos, em curto prazo, a opção torna-se vantajosa. Mas é preciso ter cuidado. O aposentado se desvincula totalmente do serviço público. Se sua carreira de origem sofrer uma reestruturação, ele perderá totalmente as vantagens.

NOVAS REGRAS PERMANENTES

Quem ingressou no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2014 não pode escolher muito. Para esse pessoal, o governo criou regras permanentes. Tempo de contribuição de 35 anos para homens e 30 para mulheres e idade mínima de 60 anos para homens e 55 para mulheres. Benefício pela média de 80% das maiores contribuições. Perde integralidade, paridade e o reajuste anual é dado pela variação do INPC, todo mês de abril. Quem entrou antes de 2014 também pode se aposentar dessa forma, mas é preciso avaliar se é vantajoso.

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Existem dois tipos de aposentadoria por invalidez. A primeira é a comum (Incapacidade permanente que não seja decorrente de moléstia profissional, doença grave especificada em lei ou acidente em serviço), como consta no Artigo 40 da Constituição federal, alterada pela Emenda 41, de 2003. Dessa forma, os servidores se aposentam pelo último salário, mas com aplicação de proporcionalidade ao tempo de serviço. A segunda modalidade é especial, garantida pela Súmula Vinculada nº 33 do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2014. Esse caso é para os casos de moléstia profissional, doença grave especificada em lei, ou acidente em serviço.

APOSENTADORIA ESPECIAL

A Condsef e várias entidades sindicais entraram na Justiça e conseguiram no Supremo Tribunal Federal (STF) o Mandado de Injunção 880 (MI 880). É uma contagem de tempo diferente, com conversão do tempo comum em especial (40% homem e 20% mulher). No entanto, no momento está suspenso porque o governo não reconhece a conversão do tempo especial.

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Tanto homem como mulher tem que se aposentar com 75 anos de serviço com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. Caso o servidor requeira sua aposentadoria compulsória um dia após completar 75 anos, mesmo que atenda a todos os requisitos, terá reajuste em seus proventos de acordo com os índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

REVERSÃO DA APOSENTADORIA

Retorno do servidor à ativa, devendo ser requerida no prazo máximo de 05 anos após a concessão da aposentadoria e o servidor tem que permanecer em atividade por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

Reajuste abusivo do Geap vira caso de Justiça

Já dura mais de quatro meses o impasse que estabelece um aumento abusivo de 37.5% nas mensalidades do Geap. Com isso, perdem exclusivamente os servidores federais. Muitos deles, inclusive, já estão deixando o plano de saúde por não poder pagar esse percentual. Desde que foi implantado o índice, no início de fevereiro, mais de 23 mil assegurados já deixaram o Geap, um plano de autogestão, sem fins lucrativos, que deveria ter como principal meta atender minimamente bem seus associados. Não é o que vem acontecendo.

> “O que vai mudar essa realidade é a nossa mobilização. É preciso pressionar o Judiciário para que o índice fique na casa dos 20%”

Nesses quatro meses, o que se viu foi uma guerra de liminar, em que o reajuste caiu para 20%, depois voltou para os 37,5%, depois caiu novamente para os 20/% e, em menos de 24 horas subiu para os 37,5% de novo. Agora, a decisão está nas mãos da Justiça, um poder que historicamente tem atendido muito pouco aos interesses do funcionalismo público. “Temos uma Justiça elitista, atrelada ao poder econômico. Por isso, o que vai mudar essa realidade é a nossa mobilização. É preciso pressionar o Judiciário para que o índice fique na casa dos 20%, similar ao que foi aplicado aos demais planos de saúde”, pontua a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

Contra o aumento abusivo, entidades nacionais como a Condsef e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) realizaram, no dia 30 de junho, um ato em frente ao Bloco K do Ministério do Planejamento, em Brasília. Além disso, as assessorias jurídicas dessas entidades entraram com uma ação coletiva contra o reajuste. Mais de 600 mil servidores fazem parte do Geap, a grande maioria com mais de 50 anos, muitos, inclusive, aposentados e com dificuldades para manter o plano.

No dia 22 de junho, assessorias jurídicas das entidades nacionais dos servidores federais também se reuniram em Brasília para debater e discutir estratégias para barrar o aumento abusivo de 37,5% aplicado pela Geap em fevereiro passado. Em Pernambuco, o Sindsep-PE conseguiu liminar em março, suspendendo o aumento, mas, antes mesmo de o plano de saúde ser notificado oficialmente, ele entrou com o recurso e conseguiu derrubar a liminar. No entanto, o processo permanece à espera do resultado.

A guerra de liminar teve início com a decisão da juíza Kátia Balbino de Carvalho Ferreira da 3ª Vara Federal de Brasília, no dia 15 de junho, quando estava prevista a votação da Resolução 129, que revogava o reajuste de 37,55% e implantaria um novo percentual, só que mais baixo, de 20%. No dia seguinte, 16 de junho, sem que a resolução tenha sido votada, as entidades nacionais dos servidores entraram com agravo de instrumento e o desembargador Antônio de Souza Prudente caçou a liminar de Kátia Balbino. No entanto, a decisão durou pouco tempo. O governo entrou com um recurso e o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Hilton Queiroz, derrubou a decisão do desembargador.

Foto: Sindsep-DF

Um golpe no Conselho Administrativo do Geap

A judicialização do Geap não se limita ao aumento abusivo. Além de recorrer à Justiça para barrar o reajuste de 37,5%, as entidades querem anular a liminar que destituiu, no dia 15 de junho, o Conselho Administrativo do Geap (Conad), eleito de forma democrática. Além de impedir a redução do reajuste do plano de saúde para 20%, na liminar, a juíza Kátia Balbino cassou o mandato de todos os membros do Conad, atendendo uma solicitação do governo interino de Michel Temer.

A posse do novo Conad foi feita de forma errada, violando o estatuto em vigor, que diz que para tomarem posse, eles precisariam antes da aprovação do pleno. Ou seja, aprovação dos três conselheiros do governo mais um dos usuários, o que não aconteceu. Por causa dessas mudanças, o clima é de instabilidade. Todas as superintendências regionais do Geap foram afastadas, só em Brasília, 70 funcionários do plano de saúde foram demitidos, pessoas com mais de 20 anos de casa. A ideia do novo conselho é assentar indicações políticas.

Diante desse quadro, as entidades sindicais que representam nacionalmente os servidores devem entrar com uma ação popular contra o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o presidente interino do Conad, Laércio Roberto Lemos de Souza. Eles foram os principais atores de um golpe dado na instituição.

Além do ato do dia 30 de junho, no dia 6 de julho, as entidades sindicais realizaram um novo protesto em frente ao Ministério do Planejamento em defesa do Geap. Na ocasião, as entidades protocolaram um ofício solicitando audiência com o ministro interino Dyogo Oliveira. Os sindicalistas também protocolaram a mesma solicitação de audiência com o ministro interino da Casa Civil, Eliseu Padilha. “Não vamos permitir que tomem de assalto o patrimônio dos trabalhadores”, destacou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef.

As vítimas do Geap

> Esse reajuste não condiz com a realidade dos servidores federais, principalmente para os aposentados, que representam a grande maioria dos assegurados do Geap. Ninguém teve esse reajuste de 37,5%. No meu caso, o aumento ainda foi maior, passou de 45%, considerando a idade e a faixa salarial. O que me deixa mais triste e indignada é que temos que recorrer à Justiça por um direito tão básico, que é a saúde. E todo mundo sabe o quanto a Justiça é lenta. Muita gente vai ter que deixar o plano por não poder mais pagar. Nós do Incra já migramos de um plano falido, que era a Fassincra, e ainda nos deparamos com esse problema do Geap, um plano de autogestão, mantido pelos assegurados. E para agravar a situação, o governo golpista, com uma canetada, afasta o presidente do Conselho Administrativo, que representava os servidores federais. É lamentável”, **Vilma Maria**
> servidora aposentada do Incra

> Eu pagava R$ 890,00 de Geap para mim e minha esposa. Com o reajuste, foi para R$ 1.259,00, acho que um percentual até maior que 37,5%. A primeira parcela com reajuste eu paguei, mas a segunda e a terceira não tive condições. Esse mês veio novamente R$ 890,00. Não sei se vai ficar esse valor ou o de R$ 1.259,00. Minha intenção é continuar pagando. Tem que pagar, porque não dá para contar com o SUS. Mas se ficar R$ 1.259,00 vou ter que deixar o plano. Não vou deixar de comer para pagar Geap...”
> **Antônio de Souza** - servidor da Fundaj

> Sou uma das maiores vítimas desse reajuste do Geap, porque somos três, eu, meu marido e minha mãe, e estamos na última faixa etária. Antes pagava R$ 475,00 por pessoa e com o aumento chego a pagar R$ 2.013,00 no total, R$ 670,00 por pessoa. E o pior é que não tenho como sair, porque tenho minha mãe como dependente e ela tem 91 anos e nenhum outro plano aceita por conta da idade. Conto com a ajuda de parentes, minha filha, para conseguir levar. E o pior é que as pessoas mais penalizadas com esse reajuste são os idosos, os aposentados. Eles estão sendo sacrificados e muitos não estão podendo mais pagar. É como diz o ditado ‘ou bem como ou bem pago’. Esse valor cobrado não corresponde à realidade. Ninguém recebeu um reajuste desse tipo, gritante e abusivo”, **Eliana Calado**
> servidora do Ministério do Trabalho e Emprego.

Governo sem compromisso com a **saúde**

Se há uma marca deixada pelo presidente interino, Michel Temer, é a de ataque às conquistas sociais do povo brasileiro. Torna-se evidente, a cada dia, que as garras estão sendo afiadas para um grande golpe, caso o afastamento da presidente Dilma Rousseff seja realmente posto a cabo. As peças do xadrez estão sendo movimentadas. Um grande exemplo é o que vem se passando no Ministério da Saúde.

O governo tem se utilizado do termo reforma, devidamente sustentada pela mídia, para cortar gastos com o objetivo de reduzir a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) para atender a população e contribuir para a privatização do setor. A privatização da saúde no Brasil tem faces travestidas de "modernização gerencial".Uma de suas faces mais perversas é o próprio financiamento do setor, que privilegia velhos e novos atores no cenário da prestação privada de serviços de saúde: os hospitais e clínicas particulares conveniadas com o SUS, os hospitais e as UPAs que estão nas mãos de particulares, além dos seguros privados de saúde. E as movimentações do ministro interino da Saúde, Ricardo Barros (PP-RR), mostram exatamente a que ele veio.

Em uma de suas primeiras entrevistas, o ministro disse que, em algum momento, o país não conseguiria mais sustentar os direitos que a Constituição garante - como o acesso universal à saúde - e que será preciso repensá-los. "A ideia desse governo é promover o desmantelamento do SUS, reduzindo os investimentos. Com isso, a qualidade dos serviços prestados ficará ainda pior, o que ampliará as críticas da população ao SUS, contribuindo para que ele se torne inviável. Isso tudo com o objetivo de beneficiar o sistema privado de saúde", destacou o diretor do Sindsep-PE, Felipe Pereira, servidor do Ministério da Saúde.

O próprio Ricardo Barros deixa claro o propósito do Governo ao afirmar que não irá controlar a qualidade dos serviços de planos de saúde ofertados para os usuários. O detalhe é que o maior doador individual da campanha de Ricardo Barros para deputado federal, em 2014, foi Elon Gomes de Almeida, sócio do Grupo Aliança, administradora de benefícios de saúde. A empresa disponibilizou R$ 100 mil para a campanha do atual ministro.

> "Houve migração de usuários dos planos privados para o SUS" — Lindinere

> "O governo quer promover o desmantelamento do SUS, reduzindo os investimentos" — Felipe Pereira

Os seguros privados de saúde se constituem como a expressão máxima da mercantilização da saúde. Trata-se de um setor que deverá ser duplamente beneficiado. De um lado, pela política de desmonte do SUS que 'expulsará' a clientela potencial para esses seguros. De outro, ele foi historicamente privilegiado por um financiamento direto e indireto através de subsídios e isenções fiscais.

"Hoje, temos o caso do Geap. Enquanto o Conselho do plano de autogestão que atende aos servidores públicos defendeu um aumento de 20%, o governo definiu, arbitrariamente, um índice de 37,5%. A ideia é fazer com que os servidores saiam desse plano e migrem para o setor privado", observou Felipe. "Importante lembrar que nos últimos quatro anos estava havendo uma migração de usuários de planos de saúde privados para o SUS por causa de uma melhoria do atendimento e do aumento do valor dos planos particulares. A ideia é trazer de volta essa fatia da população para os planos de saúde", complementou a diretora do Sindsep, Lindinere Ferreira.

Cedidos da Saúde em negociação estadual

No dia 15 de junho, a Mesa Local de Negociação Permanente do Ministério da Saúde se reuniu com a gestão de pessoas da Secretaria Estadual de Saúde para discutir as demandas dos servidores do Ministério cedidos ao Estado. Os diretores do Sindsep-PE, Lindinere Ferreira e José Felipe Pereira, fazem parte da mesa e participaram da reunião. As demandas dos cedidos são muitas, entre elas, o vale transporte do domicílio até o local de trabalho; a realização de exames periódicos (há mais de 15 anos sem serem realizados); e os Laudos Técnicos das Condições e Ambiente de Trabalho, LTCAT - documento que permite o recebimento de insalubridade. Outra queixa é a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Existem relatos em algumas cidades do interior de trabalhadores que estão compartilhando até máscaras porque a gestão estadual não fornece a quantidade necessária para todos. Sem os EPIs, os servidores sofrem risco de intoxicação e até de morte. A Secretaria Estadual também não assumiu a realização dos LTCAT, alegando não ter profissionais para isso. Durante a reunião foi selado um acordo verbal de não mexer nos cedidos durante o período eleitoral, de acordo com resolução do Tribunal Superior Eleitoral. Já aconteceu em anos anteriores a transferência de cedidos, muitas vezes distante, só porque não apoiavam o candidato da gestão.

ESTADUAL Mesa discutiu demandas dos cedidos

Somente a **luta** dos trabalhadores pode **barrar privatizações**

A luta pela manutenção dos direitos dos trabalhadores no governo interino de Michel Temer necessita, cada vez mais, da união de todos. Os ajustes que estão sendo implementados são todos pela via capitalista, de cortes na carne do trabalhador brasileiro. E só a união de todos poderá contrapor-se ao que vem acontecendo no país. Em junho, o Senado Federal aprovou o projeto de Lei Geral das Estatais, PLS 555, que prevê maior abertura de capital das empresas públicas e sociedades de economia mista, além da proibição de que trabalhadores ligados a sindicatos ou mesmo membros de organização políticas possam fazer parte dos conselhos das empresas. O projeto seguiu para votação na Câmara dos Deputados.

A principal mudança do projeto original foi que a partir de negociações entre governo e oposição foi possível afastar do texto a transformação das estatais em sociedades anônimas. No entanto, foi mantido o ponto que prevê a obrigatoriedade de abertura de 25% das empresas de capital misto, em no máximo dez anos, constituindo-se como um avanço concreto no sentido da privatização das estatais.

Os políticos que defendem o projeto falam hipocritamente na necessidade de "modernização" das grandes empresas estatais, abrindo suas contas de forma transparente para "bloquear a corrupção". Eles usam o exemplo dos escândalos de corrupção da Petrobrás. E sob essa bandeira da "moralização" avançam na privatização das grandes empresas estatais e no ataque aos recursos nacionais e aos direitos dos trabalhadores.

TRAMITAÇÃO Depois de votado no Senado, projeto segue para Câmara

Segundo os últimos dados consolidados pelo Ministério do Planejamento, em dezembro de 2014, o Brasil possuía, só no âmbito federal, 140 empresas estatais que empregam 538.436 trabalhadores e têm seus ativos totais avaliados em R$4,5 trilhões. O patrimônio líquido dessas estatais é de R$ 611,7 milhões. Um patrimônio do povo brasileiro, agora ameaçado pela cobiça do mercado.

São estatais como a Petrobrás, gigante do petróleo mundial, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), referência internacional no desenvolvimento de tecnologia para a produção de alimentos saudáveis, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco da Amazônia (Basa) e a Caixa Econômica Federal (CEF), todos agentes financeiros consolidados, além de empresas de atuação em outras áreas de importância estratégica para o país, como a Eletrobrás, Telebrás e Correios.

Com esse cenário ameaçador, estão sendo formados, em todo o Brasil, comitês estaduais em defesa das empresas públicas. Em Pernambuco, estão acontecendo reuniões para formação do comitê local. Em breve serão divulgadas atividades que deverão envolver os diversos setores do serviço público.

Reajuste dos servidores está garantido

O reajuste dos servidores federais, acordado ainda em 2015, está garantido. Pelo menos foi o que afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiro, em entrevista à imprensa. Segundo o senador, em conversa com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o governo já deu o sinal verde para que o pagamento do funcionalismo seja efetuado. O projeto que trata do assunto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e deve ser votado por esses dias no Senado.

"O ministro explicou que este reajuste já está contido na redução do superávit e nós vamos, tão logo essas matérias sejam liberadas, votá-las no Plenário do Senado Federal", afirmou Renan, numa entrevista publicada pela Agência Senado. No dia 6 de julho, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou o reajuste e encaminhou o projeto para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, antes de ser votado no plenário.

Pelo que foi negociado, os servidores devem receber um aumento de 5,5% em agosto próximo e 5% em janeiro de 2017. Está previsto ainda no acordo a paridade entre ativos e aposentados, que deve acontecer de forma escalonada, nos anos de 2017, 2018 e 2019. "Esperamos, de fato, que o governo mantenha o que foi acordado em 2015 e que o Senado aprove o quanto antes o projeto do reajuste. Estamos com nossos salários achatados e, embora esse aumento não corresponda às nossas perdas, esse índice ameniza a situação. Sem falar na grande conquista para os aposentados, que se aproximam da paridade, um luta antiga nossa", comenta a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

DIA MUNDIAL

É preciso combater a violência contra o idoso

ESTÁDIO Idosos na abertura do jogo do Santa Cruz

No dia 16 de junho, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife (Comdir) participou de uma agenda positiva pela passagem do Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, comemorado em 15 de junho. Pela manhã, teve ação pública na Estação Central do Metrô, e, à noite, alguns conselheiros, entre eles Ana Melo, representante do Sindsep-PE no Conselho, participaram de uma homenagem à pessoa idosa no Estádio do Arruda. Eles entraram com os jogadores do Santa Cruz na partida do time com o Figueirense. No dia 17, participaram também do I Fórum Multiprofissional sobre Violência contra a Pessoa Idosa. O evento aconteceu no IMIP, em parceria com a Secretaria de Saúde do Recife.

O Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa foi instituído pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A ideia é sensibilizar a sociedade pelo combate a esse tipo de violência. Segundo o governo, em 2014, 76,3% das denúncias do Disque 100 são referentes à violência aos idosos. As formas de violência mais comuns contra os idosos são física, negligência, abandono, sexual, econômica, financeira e patrimonial.

"A pessoa idosa, tal qual a mulher, a criança e o adolescente, tem sido vítima da violência nas suas mais diversas formas, não apenas a agressão física. A negligência caracteriza-se de diversas formas como privação de medicamentos, descuido com higiene e saúde, alimentação, isolamento, violência psicológica, entre outras", pontua Ana Melo.

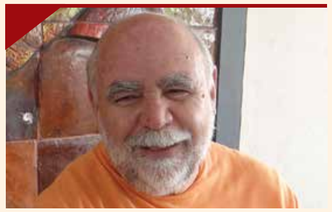
Além do Comdir, o Sindsep-PE mantém assento também no Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa de Pernambuco (Cedipe), onde é representado pelo coordenador do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas, Laércio Vicente.

GARRA | POLÍTICO **Michel Zaidan Filho** - Cientista político

Política com afeto

Comecei o meu magistério na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com um tema *A História como Paixão* (título homônimo do livro), e iniciei o meu evangelho pedagógico com um verso da poesia de Carlos Drummond de Andrade, *Mãos dadas*, que trata da necessidade de o historiador falar do presente, da vida presente, dos homens presentes. Nesses tempos sombrios da pornografia política e avicultura belo-jardinense, ouvir essa poesia, na tarde do dia 16 de junho, da boca dos presentes no ato a favor da democracia e do mandato presidencial de Dilma Rousseff, a poesia , foi como uma lufada de vento fresco, nesse começo de inverno quente e úmido do Recife.

Nunca deixei a poesia, a música, o teatro e o cinema de lado na minha sala de aula. Faz parte de uma pedagogia ampliada, inspirada no programa de Schiller *cartas sobre a educação estética da humanidade*. Acredito muito no poder educativo da razão lúdica, da razão sensível. Vê e ouvir uma presidenta da República declamar versos do poeta mineiro acendeu em mim as chamas da esperança de que o mundo (e as pessoas) ainda têm conserto.



> "Nunca deixei a poesia, a música, o teatro e o cinema de lado, na minha sala de aula"

Que nem toda política, nem todos os políticos são pornográficos ou cacofônicos. O discurso de Dilma foi sinfônico. Um discurso sereno, calmo, afetivo, didático e paciente, sem traços de rancor ou amargura. Ela deve ter se sentido acolhida no ambiente universitário da UFPE. Os que estavam ali, vieram para saudá-la, confortá-la e desejar-lhe boa sorte. Dar as mãos, outra frase do poema. Caminhar de mãos dadas.

Sim, vamos todos caminhar de mãos dadas. Não nos afastemos muito, disse Drummond, a realidade é tão grande, não nos afastemos muito. Naquela tarde, estivemos todos juntos, de mãos dadas, considerando a enorme realidade que é a injustiça no Brasil. Vamos lutar contra ela. Vamos lutar para que a Dilma retome o seu mandato presidencial e varra essa corja de aproveitadores, aventureiros e golpistas.

DEMOCRACIA

Caravana percorre Pernambuco para denunciar golpe em curso

Na primeira quinzena do mês de julho, a Frente Brasil Popular estará cruzando Pernambuco para denunciar o golpe em curso no Brasil. Trata-se da Caravana da Democracia, que tem como objetivo chamar a população para defender a democracia, o direito dos trabalhadores, das mulheres, população indígena, negros, agricultores e de todos os brasileiros. A romaria começou no Sertão do Estado, em Petrolina, dia 4, e em Ouricuri, dia 5, e vai passar por outras 10 cidades, finalizando em Caruaru e no Recife, no dia 13 de julho.

Além de Petrolina e Ouricuri, a caravana percorreu os municípios de Salgueiro, Petrolândia, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Garanhuns, Caruaru, Surubim, Palmares e Recife. A ideia é denunciar o governo ilegítimo de Michel Temer e as ações que ele vem tomando contra a população, especialmente contra a parcela mais carente. Em pouco tempo, o governo provisório já mostrou ao que veio, destruindo direitos dos trabalhadores e aposentados, retirando recursos de programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida, além de atacar as empresas estatais com o objetivo de privatizá-las e entregar o patrimônio público do povo brasileiro a grandes corporações internacionais.

Cada município reuniu as entidades locais, formou comitês da Frente Brasil Popular, envolvendo a população dos municípios vizinhos. Foram realizadas plenárias para a formação dos comitês, além de caminhadas e atos político-culturais, sempre com a presença de lideranças dos movimentos sociais, sindicais e partidos de esquerda.

"A nossa intenção é a de defender a Democracia, denunciar o golpe e os golpistas para a população de todo o Estado, denunciar o projeto neoliberal do governo golpista de Temer e os seus impactos na vida da classe trabalhadora, fortalecer a Frente Brasil Popular, construir ou consolidar os comitês populares em defesa da democracia e preparar uma agenda de lutas em Pernambuco", destacou o presidente da CUT, Carlos Veras. Atualmente, Pernambuco já conta com 100 comitês populares. A meta é chegar a 500, nos próximos meses.

NÃO HOUVE PEDALADAS

O resultado da perícia dos documentos que justificaram o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, realizada por técnicos do Senado e divulgada no final de junho, só reforçou a conclusão de que a trama que envolve a direita brasileira, parte do Poder Judiciário e os grandes meios de comunicação, não passa de um golpe. No laudo, consta que não houve a identificação das chamadas pedaladas fiscais atribuídas à presidente afastada.

"Pela análise dos dados, dos documentos e das informações relativos ao Plano Safra, não foi identificado ato comissivo da Exma. Sra. Presidente da República que tenha contribuído direta ou imediatamente para que ocorressem os atrasos nos pagamentos", diz um trecho da perícia.

VERAS "Os golpistas não terão vida fácil para retirar direitos"

Greve geral para garantir direitos

A CUT Pernambuco está articulando seus sindicatos filiados para o início de uma mobilização em preparação a uma greve geral contra o golpe de Estado. Depois da realização de dois dias de paralisação nacional, 10 de maio e 10 de junho, a central orientou os sindicatos locais a realizarem assembleias com seus filiados com o objetivo de debater a possibilidade de greve por tempo indeterminado.

"O problema é que as medidas que o governo interino está tomando ainda não atingiu diretamente os trabalhadores. A implementação da terceirização ainda está em curso e as mudanças relacionadas às conquistas trabalhistas e à Previdência estão em debate para serem implantadas apenas depois, caso o governo deixe de ser interino. Então os trabalhadores ainda não têm noção do que virá pela frente", destacou o presidente da CUT-PE, Carlos Veras.

A data para uma possível greve não está precisa ainda, mas, muito provavelmente, deverá ocorrer nas vésperas da votação do 'impeachment' da presidente eleita Dilma Rousseff. Veras já adianta que a CUT não irá reconhecer esse governo, caso Dilma seja afastada definitivamente.

"Os golpistas não terão vida fácil para retirar direitos dos trabalhadores. Não vamos negociar com eles. Queremos que o estado democrático de direito seja reestabelecido e isso só ocorrerá com o retorno de Dilma", salienta.

Carlos Veras destaca que o serviço público será um dos setores mais atacados por um possível governo Temer. "Haverá congelamento de salários, fim da implantação de planos de cargos e carreiras, além do fim dos concursos públicos. Por isso, todos os servidores devem se unir e participar das atividades convocadas por seus sindicatos. O que está em jogo são conquistas dos últimos 50 anos", conclui.

Ana Veloso - Professora da UFPE/Observatório de Mídia

O **extermínio** da população **LGBTT** no **Brasil**

O mundo entrou em estado de choque quando um atirador entrou na boate Pulse, frequentada pelo público LGBTT, em Orlando, na Flórida, nos Estados Unidos, no dia 12 de junho, e assassinou 50 pessoas. A ação do criminoso eliminou sonhos e planos de ativistas que utilizavam a casa noturna como espaço de lazer e resistência. Boa parte dos que foram mortos eram militantes que combatiam a homofobia na cidade e apoiavam pessoas que viviam com HIV e Aids. O atentado, um crime contra a humanidade, expôs, ao globo, uma das faces mais perversas da homofobia.

Mas, qual a relação entre o atentado realizado em Orlando, nos EUA, e os crimes cometidos contra os LGBTs no Brasil? Levantamentos do Grupo Gay da Bahia (GGB), organização de direitos humanos, revelam que uma pessoa homossexual é assassinada a cada 28 horas no Brasil. A prática criminosa da homofobia (que acaba por provocar assassinatos e homicídios) ainda fica impune no país, uma vez que 70% dos crimes quase não recebem nenhuma medida combativa do Estado. De acordo com a ONU, no Brasil:

(...) pessoas trans têm 14 vezes mais chances de serem assassinadas do que um gay, segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia. Para as pessoas trans, viver no Brasil também significa estar mais vulnerável a homicídios violentos. Esse público enfrenta riscos nove vezes maiores de serem mortos violentamente do que pessoas trans que moram nos Estados Unidos.

> “Estamos distantes de uma vivência respeitosa com pessoas que assumem sua identidade sexual diferentemente da heterossexual”

Além disso, a organização também aponta que sete em cada dez gays brasileiros já sofreram agressões por conta da sua vivência afetivo-sexual. No Brasil, o índice de mortes é de 1,57 para cada milhão de habitantes. Só para se ter uma ideia, foram 318 assassinatos em 2015. A cifra levou o país a figurar entre os que mais exterminam lésbicas, gays, travestis, trans e transexuais em todo o globo, segundo o relatório da organização europeia Transgender Europe.

Pelo visto, ainda estamos muito distantes do estabelecimento de uma vivência respeitosa com pessoas que assumem sua identidade sexual diferentemente da heterossexual, e devemos eliminar as práticas de discriminação de nossas vidas. Compreender que o estigma só favorece à execução dos crimes de ódio contra a população LGBTT.

Para reforçar a luta, no ultimo 17 de junho foi celebrado o Dia Internacional de Combate à Homofobia, à Lesbofobia e à Transfobia. A importância da data advém da imprescindível adoção, por todas as nações, de políticas de enfrentamento aos crimes cometidos contra o público LGBTT. E vai além: remonta ao pleno exercício da liberdade de orientação sexual por todas as pessoas, sem limite e sem opressão.

Estamos diante de uma “epidemia nacional”, como denomina o pesquisador Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trata-se de um extermínio que precisa ser enfrentado pelo Estado brasileiro, com políticas públicas que respeitem a dignidade humana dessa população. É preciso que o Estado adote ações governamentais transversais (que envolvam várias ações) para atender aos direitos LGBTT. E, mais do que nunca, é dever de toda a sociedade que respeita os direitos humanos: lutar contra os fundamentalismos religiosos que atacam a liberdade de gays, lésbicas, travestis, transexuais e pessoas trans no Brasil. Não podemos mais suportar ocupar destaque no ranking das nações mais nocivas para o público LGBTT em todo o mundo.

PELO MUNDO

Greve e morte no México

Em greve desde o dia 15 de maio, os professores mexicanos vivenciaram momentos de terror, no dia 19 de junho, quando policiais estaduais de Oaxaca e a polícia federal mexicana despejaram, à força, os professores que bloqueavam a estrada Oaxaca-México. O conflito resultou na morte de cinco professores e um jornalista do jornal El Sul, que fazia a cobertura da manifestação. Além dos mortos, a operação deixou um saldo de mais de 90 feridos e 21 pessoas presas. A greve dos professores é resultado de uma luta de três anos contra a reforma educacional proposta pelo governo do presidente Enrique Peña Nieto, que prevê cortes nos direitos trabalhistas.

Agricultura familiar contra a fome

Com um dado de que 70% da população pobre vivem no campo, o Banco Mundial acaba de divulgar um relatório que mostra que somente aumentando a produtividade agrícola das famílias de baixa renda será possível acabar com a fome, conquistar a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável. Outro dado apresentado no documento é que a produtividade agrícola – em especial a de cereais – influencia diretamente nos números da fome e desnutrição. “De 2000 a 2012, quando houve aumento médio anual de 2,6% na produção de cereais nos países de baixa renda, a pobreza e a desnutrição caíram 2,7% ao ano. Já entre 1990 e 1999, quando a produção ficou estagnada nos países mais pobres do mundo, houve pouca melhora nos índices de pobreza e saúde nutricional”, destaca texto publicado no site da ONU Brasil. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 5,5% da população latino-americana e caribenha ainda passam fome.